

(dec 10)

Plano de Trabalho para a Direção da Faculdade de Direito do Recife (2023/2026)

Candidato a Diretor: Prof. Dr. Torquato da Silva Castro Júnior
Candidata a Vice-Diretora: Profa. Dra. Antonella Bruna Machado Torres Galindo

A Faculdade de Direito do Recife, como a praça em que se situa, é do povo (nosso Poeta dirá "como o céu é do condor!").

Tristemente, porém, nossa Casa, apesar da forte memória anti-elitista ao redor do surpreendente e incomparável Tobias Barreto, fica distante (não fisicamente) daqueles a quem deveria mais decisivamente servir: ao vó do povo.

Fechada e enclausurada nas nuvens de uma dogmática distanciada do real, a Faculdade resiste em se oferecer ao povo, como repetisse em sua presença a linguagem de um Código Civil de pedras, o qual, com sua linguagem técnica e hermética obstaculiza o acesso da pessoa leiga, da pessoa comum, à Lei.

Certamente, o Direito é uma cultura esotérica, um saber de iniciados, mas o que ocorreria como nossa sociedade se pudéssemos iniciar a todos em seus meandros? Se a todas as pessoas pudéssemos converter em cidadãos e cidadãos efetivamente?

Não se trataria de destruir a técnica jurídica para torná-la acessível, mas de ensiná-la a todo mundo o mais cedo possível.

Assim, pensando nesse propósito primeiro para nossa instituição, de torná-la mais pública e mais relevante localmente, é que vimos apresentar uma candidatura à direção cuja **mais imediata urgência consistirá em buscar meios para realizar essa missão: diminuir a distância entre o templo do Direito e o Povo**: produzir e divulgar a ciência do direito dentro e fora do cercado de nossa praça, buscar a todos para a cidadania, pela Extensão universitária e pelos outros meios que se possam construir oportunamente.

Nesse amplo projeto de democratização e acessibilidade da Faculdade de Direito às comunidades internas e externas, pensamos os seguintes pontos, como proposta de trabalho:

- 1) Nosso lugar na Universidade Federal de Pernambuco: pela retomada da interação com os demais cursos e com a gestão central do Campus Engenho do Meio.

Uma Universidade é uma unidade. É o que já nos diz o nome e é a que clama a ideia.

Mas a Faculdade de Direito do Recife, em termos de pertinência universitária, encontra-se lamentavelmente separada do resto de seu próprio corpo.

A nossa Faculdade, sim, é grande, é anterior, e é-o desde o Império, mas a Universidade é uma ambição da civilização mesma, não podemos prescindir dela.

Precisamos da Universidade, somos a Universidade.

E, lembremos os antigos, "quem só sabe Direito, nem Direito sabe"!

Queremos nossas alunas e alunos, e também docentes, sabendo o que têm para aprender na Filosofia, na Sociologia, na Psicologia, na Antropologia, na Tecnologia da Informação, na Música, na Literatura e no Teatro... E na dogmática, claro, não em segundo plano, porque se trata de uma Faculdade de Direito.

Assim, **a segunda urgência de nossa gestão consistirá em buscar devolver às alunas e alunos da Faculdade de Direito do Recife, bem como também aos professores e servidores a Universidade que têm e não usam, porque não lhes damos essa ocasião.**

Para isso, manteremos um canal de comunicação constantemente aberto com o Centro de Ciências Sociais Aplicadas, com o Centro de Filosofia e Ciências Humanas, com o Centro de Artes e Comunicação, com o Centro de Educação e outros, inclusive nas áreas tecnológicas, para que o nosso corpo docente, possa ter oportunidade de participar das atividades e conhecer o que se discute academicamente fora dos limites estritos do ensino jurídico.

Prendemos estimular todas as atividades que importem o desenvolvimento da curiosidade intelectual de nossos alunos, sua capacidade de compreender o seu lugar e o lugar do Direito no mundo real.

Propomos também propiciar maior flexibilidade curricular para que nossas e nossos estudantes possam cursar mais cadeiras fora do âmbito da ciência do direito, em áreas que sua inteligência e capacidade intelectual possam contribuir para o êxito do processo de formação intelectual e política adequada.

O lugar da Faculdade é na Universidade, não apenas fisicamente, mas antes de tudo pedagógica e cientificamente.

2) A Faculdade é feita pelas pessoas que a compõem: a realidade do serviço e dos servidores

Como serviço público que é, a Universidade não tem um dono. E ela é o que as pessoas nela fazem dela. Servidoras, professoras, alunas, todas as pessoas envolvidas formal e materialmente nesse afazer é que somos a Faculdade.

Nesse sentido, planejamos nossa **gestão voltada concretamente ao pessoal, às dificuldades (e mesmo às doenças, mentais e físicas) associadas a uma digitalização crescente, a um controle ameaçador e à falta de diálogo e compreensão.**

É preciso prosseguir com determinação no caminho de humanizar a administração e ouvir as pessoas, que são humanos e não máquinas, apesar do enorme peso dos sistemas que alimentamos.

O pessoal técnico, desde há muito, tem demonstrado que o amor à Instituição não é limitado a quem aprendeu o que se ensina aqui, mas por quem vivencia os meandros administrativos e burocráticos dessa Casa e tem sensibilidade para o valor da Instituição como bem de todos, como jóia de Pernambuco e do Brasil.

Ainda assim, os casos de servidores que apresentam sintomas de doenças ligadas ao trabalho são ainda uma constante, um problema mal compreendido e mal administrado.

Tais problemas podem ser desconsiderados. Vamos enfrentá-los tendo em mente que o sucesso na realização das funções necessárias ao serviço depende de mais reforço positivo do que negativo. Faremos uma gestão com a convicção de que a verdadeira fórmula capaz de gerar mudança real é a que construa entre nós vínculos de respeito e de amizade que se retroalimentem com um trabalho feito com gosto e com envolvimento real.

Administrar a coisa pública é, e precisa ser, sempre um acolher. Nalguma medida, estamos todos precisando de acolhimento e é obrigação do gestor público caminhar na busca da inclusão e da diversidade de todos os tipos, inclusive a neurodiversidade.

3) O Direito é um saber prático, de aplicação concreta: como pensamos nossa pedagogia e as mudanças que nela precisamos ter.

Herdeiros de uma antiga tradição romanista, continuamos a ensinar o direito a partir de códigos, supondo um modelo de aplicação do direito subsuntivista.

O fato é que ensinar as categorias longe dos exemplos concretos é tarefa inglória. O direito emerge dos fatos e os fatos são muitas vezes bastante complexos e contraditórios.

Na Roma de antigamente, onde inventaram "o jurista", "o jurisconsulto", "o jurisprudente", aprendia-se era fazendo, na prática. Nesse sentido, Roma não era romantista...

Nossa Faculdade acolhe hoje, para sua honra, um corpo discente muito mais diverso do que costumava fazer há dez anos (e, na verdade, durante toda sua história, como um lugar elitista que veio sendo e, ainda quando menos um pouco, continua sendo).

A Faculdade que temos agora, todavia, ainda não se modificou para atender especificamente a essas tão desejadas transformações na acessibilidade à instituição.

Precisamos que as alunas e alunos "sem parentes importantes, e vindas do interior", tenham aprendizado prático, simulado e real, disponível e eficaz, e voltado, como extensão, para a comunidade recifense, principalmente as pessoas mais carentes da região.

Por exemplo, do ponto de vista de uma preparação voltada para a prática, teremos muito mais ganho se o processo de ensino e aprendizagem for pensado simultaneamente do ponto de vista do direito material e do processo.

Precisamos juntar, como Áreas que pensam uma completude, por exemplo, o processo civil e o direito civil. Que adianta falar em responsabilidade pela evicção a alguém que desconhece as implicações processuais dessa hipótese? Ou incapacidade sem entender a interdição?

Todo novo problema jurídico que exsurja historicamente terá sempre uma face material e outra processual, pelo que é imperioso aproximar o direito do trabalho do processo do trabalho, o direito penal do

processo penal, o direito constitucional do processo constitucional etc. E pensar um progredir temático para o curso que atente a essa unidade indissociável.

Talvez até seja interessante começar a entender o processo antes de entender o direito material. É preciso, mais do que nunca, ousar pensar.

Da mesma forma, é preciso trabalhar com **novo desenho o ensino/aprendizagem relativamente às aptidões vernaculares, dando oportunidade já nos primeiros contatos, dos alunos serem expostos ao jargão que aparece em escrituras, certidões, recibos, declarações, requerimentos, petições iniciais, sentenças, acórdãos**, etc. etc.

Ainda nessa linha, parece claro ser necessário ter um curso flexível, com menos disciplinas obrigatórias e menos pré-requisitos, um curso baseado na autonomia do aluno e na necessidade de fundamentalmente ensiná-lo a aprender constantemente.

Para todas essas discussões e projetos, a Diretoria pretende dialogar permanentemente com as Coordenações de Graduação, de Pós-Graduação, de Ensino, dos Núcleos e das Áreas, bem como as representações estudantis e do corpo funcional, ouvindo, tentando atender às demandas apresentadas e propondo soluções concretas a partir desses fatores.

4) A candidatura

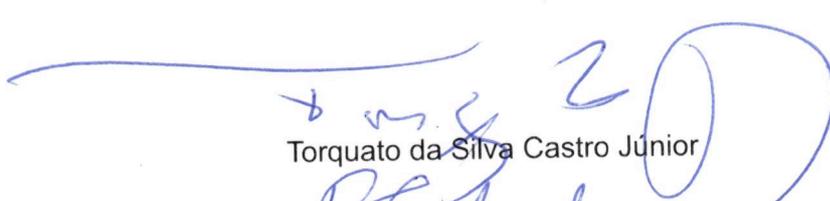
A Faculdade de Direito do Recife precisa otimizar o serviço que presta em retorno ao dinheiro público nela investido, para se tornar uma instituição que induz transformações emancipatórias e induz a democracia e a liberdade.

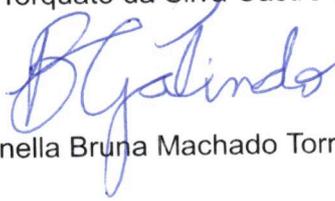
É nesse sentido que pretendemos, com a colaboração de todo mundo, e sempre abertos para o diálogo e a crítica, orientar nossa gestão, propondo, como pontos de partida, essas balizas em breves considerações.

Não queremos instituir nenhum monólogo. **O nosso caminho é a oitiva e o diálogo. Essa candidatura é uma construção coletiva e não se encerra com esse plano de trabalho**, também aberto a novas possibilidades e contribuições por parte dos colegas docentes, do corpo discente e dos servidores desta grande Instituição à qual, se a comunidade nos der a honra e a confiança para tanto, pretendemos dirigir no próximo quadriênio.

Se você concorda com essas diretrizes, com ou sem ressalvas, e está disposto a trabalhar no sentido de nos ajudar a otimizar essas transformações necessárias, venha juntar-se a nós e vamos pôr mãos à obra pela Faculdade de Direito do Século XXI.

Recife, 20 de dezembro de 2022.


Torquato da Silva Castro Júnior


Antonella Bruna Machado Torres Galindo